

AS POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS: AVANÇOS E RETROCESSOS OS INDÍCIOS DA LÓGICA MEDICALIZANTE

Kelly Cristina dos Santos Silva, Carla Biancha Angelucci
Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo
kesantos@usp.br; b.angelucci@usp.br

Introdução

O processo de construção de políticas públicas educacionais é bastante complexo, envolve diferentes instancias de poder, inclusive organismo internacionais. No Brasil, a interferência de agências internacionais, sobretudo o Banco Mundial promoveu mudanças profundas na Educação ao apresentar um modelo de oferta baseado em doses mínimas de conhecimento, o chamado *minimum learning basic* (SILVA, 2003). O objetivo da implantação dessas políticas é a redução dos custos da Educação por meio de programas de formação continuada em detrimento da formação inicial das(os) professoras(es) e investimento materiais para as escolas ao invés de melhoria das condições de trabalho das(os) professoras(es) e bem como da valorização profissional e aumento de salários (FONSECA, 2001).

O direcionamento dos baixos recursos para os aspectos materiais da Educação trouxe consigo o apagamento da figura da(o) professora/professor das discussões que envolvem o seus saberes e fazeres. A escola, sem espaços para discutir e refletir suas práticas, tornou-se permeável a entrada e permanência da lógica medicalizante, adotando, assim, formas de explicar os insucessos de crianças e adolescentes na escola baseadas em concepções neurobiológicas, as quais atribuem ao indivíduo, seu aparato e funcionamento cerebral toda a responsabilidade pela trajetória escolar, seja ela marcada por sucessos ou fracassos.

Diferentes ações foram criadas a fim de evitar o fracasso escolar, entretanto a lógica da produção não foi alterada. As escolas começaram a pautar seus currículos a partir das diretrizes de avaliações externas e não nos preceitos da Educação propriamente dita. As políticas educacionais, elaboradas a partir da lógica medicalizante, adotam ações individualizantes e descontextualizadas na busca de uma suposta eficiência (LEHER, 2013).

Além de favorecer a implantação de diferentes sistemas de metas e avaliações externas, a lógica medicalizante, também se faz presente tanto na prática quanto na política pública de Educação Especial, Angelucci (2014) ressalta que a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva ao utilizar termos e expressões do campo da medicina para

definir seu público alvo, mostra-se capturada pela lógica medicalizante, cujas formas de expressão podem ultrapassar os aspectos referentes à terminologia e estender-se para as práticas cotidianas da escola.

O objetivo principal do trabalho é compreender a configuração das políticas públicas em Educação Especial no Brasil, a partir da análise dos seguintes documentos: Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, documento final da Conferência Nacional de Educação (CONAE) e Plano Nacional de Educação.

Metodologia

A metodologia adotada para a análise dos documentos selecionados baseia-se nos princípios do paradigma indiciário, de Ginzburg (1989), o qual permite uma investigação profunda das concepções presentes nas políticas educacionais. O paradigma indiciário favorece a identificação de sinais que podem revelar a movimentação da dialética presença/ ausência da lógica medicalizante na configuração de políticas públicas de Educação brasileiras.

Resultados e Discussão

Os documentos analisados versam sobre diferentes aspectos, a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, de 2008, sistematiza as diretrizes e serviços especializados voltados para estudantes que compõe o público alvo da Educação Especial, que neste documento é definido por crianças e adolescentes com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação. O Plano Nacional da Educação, aprovado no ano de 2014 apresenta metas educacionais a serem alcançadas durante a próximo decênio. Já o documento final da CONAE (2014) é sistematização a partir de propostas elaboradas por diferentes seguimentos ligadas à Educação durante a realização de conferências nos âmbitos municipais, estaduais, distrital e nacional.

É possível observar a estruturação do Plano Nacional da Educação a partir da sistematização de avaliações e cumprimento de metas estabelecidas sob o argumento da conquista da qualidade da Educação. A ênfase nas políticas avaliativas pode indicar a predominância de um olhar medicalizante para o funcionamento das escolas, que ao se preocuparem em alcançar índices pré-

definidos podem, como destaca Leher (2013) priorizam o uso da técnica em detrimento das discussões políticas que compõe o cenário escolar.

O Plano Nacional da Educação e o documento final da CONAE utilizam a terminologia da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, sem apresentar qualquer reflexão sobre a terminologia adotada, revelando, assim, a presença da lógica medicalizante, cujos termos médicos são utilizados para definir quais estudantes serão atendidos por políticas educacionais específicas.

Por outro lado, é importante frisar que a realização da segunda CONAE, significa um avanço no que diz respeito à construção de políticas públicas na Educação valorizar a participação de diferentes seguimentos da população nas discussões e formulações de propostas educacionais. Apesar da abertura ao debate e ao tratamento democrático de discussões sobre a inclusão escolar de crianças, adolescentes e adultos por meio de diferentes ações, há propostas elaboradas a partir da ótica medicalizante.

Considerações Finais

A vastidão e complexidade do campo das políticas públicas educacionais revelam a presença de concepções opostas. Ao mesmo tempo em que se busca a superação do preconceito e a garantia de serviços de qualidade que possam atender as demandas específicas dos(as) alunos(as) há indícios da lógica medicalizante tanto na nomenclatura do público alvo da Educação Especial, quanto ao tratamento dado a questões referentes à escolarização a partir do saber do campo biomédico, despotencializando os saberes das(os) professoras(es).

O documento final da CONAE e o Plano Nacional da Educação não conseguiram superar as lacunas da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, muitas vezes retomando a lógica biomédica para justificar a necessidade da Educação Especial sob uma perspectiva que busca no sujeito as explicações para seu insucesso escolar. Tal movimento evidencia a força das concepções medicalizantes sobre deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e superdotação/altas habilidades no campo da Educação.

Referências

ANGELUCCI, C.B. Medicalização das Diferenças Funcionais – continuismos nas justificativas de uma educação especial subordinada aos diagnósticos. *Nuances: estudos sobre Educação*, Presidente Prudente - SP, v. 25, n. 1, p. 116-134, jan./abr. 2014.

BRASIL. *Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva*.

MEC/ SEESP. 2008. Disponível em:

< <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducespecial.pdf>>. Acesso em 28 mar. 2016

_____. Fórum Nacional de Educação. *Documento Final da Conae 2014*. Disponível em: <http://fne.mec.gov.br/images/doc/DocumentoFina240415.pdf> Acesso em 28 mar 2016.

_____. *Lei 13.005*, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13005.htm Acesso em 28 mar. 2016.

FONSECA, Marília. A experiência de cooperação entre o Brasil e o Banco Mundial: redefinindo o papel da educação e do professor. *Linhas Críticas*, Brasília, v. 7, n. 12, jan/jun 2001. Disponível em:

< <http://periodicos.unb.br/index.php/linhascriticas/article/viewFile/6643/5360>>. Último acesso em 04 dez. 2014.

GINZBURG, C. Sinais: Raízes de um Paradigma Indiciário. _____ In: *Mito, Emblemas, Sinais: Morfologia e História*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

LEHER, R. Medicalização de políticas públicas, avaliação e metas de desempenho. In: COLLARES, C.L.A.; MOYSÉS, M.A.A.; RIBEIRO, M.C.F. (Orgs.). *Novas Capturas, Antigos Diagnósticos na Era dos Transtornos*. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2013.

MOYSÉS, Maria Aparecida A.; COLLARES, Cecília. A.L. Dislexia e TDAH: uma análise a partir da ciência médica. In: Conselho Regional de Psicologia, Grupo Interinstitucional Queixa Escolar

(Orgs.). *Medicalização de Crianças e Adolescentes: conflitos silenciados pela redução de questões sociais a doenças de indivíduos*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2010.

SILVA, M. A. Do projeto político do banco mundial ao projeto político-pedagógico da escola pública brasileira. *Cad. Cedes*, Campinas, v. 23, n. 61, p. 283-301, dez 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ccedes/v23n61/a03v2361.pdf>>. Acesso em 19 jun. 2015.